

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2017

Senhores, em atendimento ao dispositivo na Lei 9.656/98 e as instruções normativas do órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS, divulgamos neste ato, o Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes da Operadora de Plano Privado de Assistência à Saúde Terramar Administradora de Plano de Saúde Ltda, sob o Registro de Operadora ANS nº 41.275-9, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. **Política de Destinação dos Lucros:** A Terramar Administradora de Plano de Saúde Ltda, preza pelo reinvestimento dos resultados advindos em operação, visando atender às garantias inerentes à atividade e a sustentabilidade da operadora. **Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos:** A Saúde Suplementar Privada no Brasil perde mais 3 milhões de vidas nos últimos 3 anos, conforme sítio g1.globo.com. Estudo realizado conclui que no intervalo de 30 anos a participação percentual de idosos na população mais que dobrará para o Estado da Bahia, segundo projeções para 2030 – in base de dados utilizada para aferir os resultados é a PNAD e IBGE. Nesse contexto, o recuo da atividade econômica continuou refletindo fortemente no ano de 2017. Segundo conclusão desta Colenda Agência Soma-se a isto a dinâmica tecnológica no setor: "As últimas décadas têm presenciado um processo de transformação e de inovação tecnológica sem precedentes na área de saúde". Adequar-se a este cenário foi a tônica da Terramar para o ano de 2017. A Operadora Terramar atuou com extrema cautela, equilíbrio dos investimentos, renegociação de contratos, corte de despesas fixas, na tentativa de buscar equilíbrio financeiro, assim, conseguiu minimizar os efeitos de mais um ano de prejuízo operacional. **Perspectivas e Planos da Administração para o Exercício de 2018:** O aporte de recursos realizado no ano de 2016 associado à gestão da carteira de vidas foram passos decisivos na busca incessante da otimização de resultado financeiro da Terramar. No final do 4º trimestre do ano de 2017, a Terramar implementou novas ações para alavancar a atuação da Nordeste Prev. A economia nacional dá sinais claros de ascensão segundo o IBGE. Prestadores importantes integrantes da rede credenciada Terramar vivenciam a mesma realidade e, sensíveis, aceitaram reduzir preços e praticar tabelas compatíveis com os novos

desafios. Em 2018, a Terramar investe na verticalização da assistência médica. Estende aos beneficiários da capital agilidade e humanização, sob forma de Pronto Atendimento já em prática na região metropolitana da grande Salvador, uniformizando, assim, este recurso a todos os vinculados ao plano. A Terramar reafirma, com ações e concentrado esforço, ao mercado e a esta Egrégia Agência, o firme compromisso em manter postura de seriedade, responsabilidade, ética sempre presentes desde a constituição e, assim, assegurar persistente aperfeiçoamento da assistência à Saúde neste País. **Capacidade Financeira e a Intenção de Manter Títulos e Valores Mobiliários** A Terramar assume o inarredável compromisso e declara, para os devidos fins, que manterá os títulos e valores mobiliários até o vencimento. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos clientes, parceiros, rede credenciada, fornecedores, Entidades Governamentais e Órgãos Reguladores pela confiança e apoio depositados em incansáveis esforços que redundam na Administração efetiva conjunta com colaboradores indispensáveis para alcançar os resultados obtidos.

<https://oglobo.globo.com/economia/planos-de-saude-per-dem-mais-de-3-milhoes-de-usuarios-em-3-anos-22326983>  
<https://portalseer.ufba.br/index.php/revnexco/article/view/13187>  
<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1881737-mais-de-14-mil-baianos-deixam-de-ter-planos-de-saude-nos-ultimos-12-meses>  
[http://www.cadernos.iesc.ufrr.br/cadernos/imag-es/csc/2011\\_1/artigos/CSC\\_v19n1\\_103-110.pdf](http://www.cadernos.iesc.ufrr.br/cadernos/imag-es/csc/2011_1/artigos/CSC_v19n1_103-110.pdf)  
<http://www.tribunapr.com.br/noticias/economia/sinais-re-centes-da-industria-tem-reflexo-positivo-no-pib-diz-ibge/>

## DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R\$)		2017	2016
<b>Contraprest de Oper c/ Pl Ass Saúde</b>	<b>Efetivas/Pr</b>	<b>38.779.621,36</b>	<b>42.679.415,85</b>
<b>Receitas de Assistência a Saúde</b>	<b>com</b>	<b>39.333.309,82</b>	<b>43.351.249,46</b>
Contraprestações Líquidas		39.333.309,82	43.351.249,46
(-) Tributos Diretos		(553.688,46)	(671.833,61)
Oper.c/Planos Ass.Saúde da OPS			(671.833,61)
<b>Eventos Indenizáveis Líquidos</b>	<b>(34.876.584,89)</b>	<b>(34.813.158,99)</b>	<b>(37.802.083,28)</b>
Eventos Conhecidos ou Avisados	(34.368.285,19)		
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	(508.299,70)		2.988.924,29
<b>(=) RESULTADO</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>3.903.036,47</b>	<b>7.866.256,86</b>
<b>OP C/PLANOS ASS SAÚDE</b>			
<b>Receitas de Assist. Saúde Não Rel. c/Planos de Saúde da OPS</b>		-	-
Outras Receitas Operacionais		-	-
<b>Outras Despesas Oper. com Plano de Assist. à Saúde</b>	<b>(492.547,42)</b>	<b>(455.991,71)</b>	
Outras Despesas de Operações de Planos de Assist. à Saúde	(320.627,74)		(230.050,85)
Provisão para Perdas sobre Créditos	(171.919,68)		(225.940,86)
<b>(=) RESULTADO BRUTO</b>	<b>3.410.489,05</b>	<b>7.410.265,15</b>	
Despesas de Comercialização	(2.106.393,22)		(3.032.115,50)
Despesas Administrativas	(4.517.282,95)		(4.855.515,32)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>160.523,28</b>	<b>138.570,28</b>	
Receitas Financeiras	993.327,06		1.236.672,16
Despesas Financeiras	(832.803,78)		(1.098.101,88)
<b>Resultado Patrimonial</b>	<b>(190.830,36)</b>	<b>(47.707,59)</b>	
Despesas Patrimoniais	(190.830,36)		(47.707,59)
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>	<b>(3.243.494,20)</b>	<b>(386.502,98)</b>	
Imposto de Renda	-		(93.783,09)
Contribuição social	-		(38.081,91)
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>(3.243.494,20)</b>	<b>(518.367,98)</b>	

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em R\$)		2017	2016
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimento de Planos Saúde	37.005.207,92		38.062.811,76
Resgate de Aplicações Financeiras	1.762.315,87		832.741,70
Recebimento de Juros de Aplicações Financeiras	719.140,23		1.297.893,25
Outros Recebimentos Operacionais	870.307,49		4.063.781,35
Pagamento a Fornecedores/ Prestadores de Serviço de Saúde	(17.316.817,34)		(20.056.874,61)
Pagamento de Comissões	(2.021.192,34)		(3.043.958,75)
Pagamento de Pessoal	(1.865.793,19)		(1.810.763,26)
Pagamento de Serviços Terceiros	(1.296.660,35)		(1.936.343,46)
Pagamento de Tributos	(1.375.908,64)		(1.192.606,68)
Pagamento de (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(87.398,17)		(64.794,98)
Pagamento de Aluguel	(169.766,59)		(133.765,74)
Pagamento de Promoção/Publicidade	(9.500,00)		(11.252,50)
Aplicações Financeiras	(719.140,23)		(1.167.443,32)
Outros Pagamentos Operacionais	(16.795.430,81)		(18.243.945,38)
<b>CAIXA LÍQUIDO OPERACIONAIS</b>	<b>(1.300.636,15)</b>	<b>DAS ATIVIDADES (3.404.520,62)</b>	
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	-		-
<b>CAIXA LÍQUIDO</b>	<b>-</b>	<b>DAS ATIVIDADES -</b>	
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Integralização de Capital em Dinheiro	-		1.100.000,00
Recebimento - Empréstimos/Financiamentos	1.000.000,00		-
Títulos Descontados	-		2.873.402,86
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(143.780,93)		(61.717,87)
Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos/Leasing	-		(20.113,23)
Pagamento de Participação nos Resultados	-		-
Outros Pagamentos	-		-
Atividade de Financiamento	-		-
<b>CAIXA LÍQUIDO DE FINANCIAMENTO</b>	<b>DAS 856.219,07</b>	<b>ATIVIDADES 3.891.571,76</b>	
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA</b>	<b>(444.417,08)</b>	<b>487.051,14</b>	
<b>CAIXA - Saldo Inicial</b>	<b>499.384,84</b>	<b>12.333,70</b>	
<b>CAIXA - Saldo Final</b>	<b>54.967,76</b>	<b>499.384,84</b>	
<b>Ativos Livres no Início do Período</b>	<b>499.384,84</b>	<b>1.975.508,63</b>	
<b>Ativos Livres no Final do Período</b>	<b>54.967,76</b>	<b>499.384,84</b>	
<b>Aumento (Diminuição) nas Aplicações Financeiras - RECURSOS LIVRES</b>	<b>(444.417,08)</b>	<b>(1.476.123,79)</b>	

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

**NOTA 01. CONTEXTO OPERACIONAL A TERRAMAR ADMINISTRADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA.**, com sede na Avenida Concêntrica, 04, Camaçari de Dentro, Camaçari - BA, sendo uma sociedade empresária limitada, regendo-se pelo Código Civil Brasileiro. A sociedade tem por objetivo social a atividade de serviços de administração de plano de assistência médica e de odontologia, medicina ocupacional, atendimento a pacientes em UTI móvel e ambulância e em outros serviços auxiliares a saúde, com registro junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **NOTA 02 - ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações-Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nas normas estabelecidas pela ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, nos pronunciamentos, nas orientações, nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e nas normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A administração da operadora autorizou a elaboração e conclusão das demonstrações contábeis em 28/mar./2018, considerando eventos subsequentes ocorridos até esta data. **NOTA 03. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes: **a) Ajuste a valor presente** Os elementos do Ativo e do Passivo decorrentes de operações de curto prazo ou longo prazo, são ajustados a valor presente, tomando por base a origem da transação, quando relevantes. **b) Redução ao valor recuperável de ativos ("impairment")** A Lei

número 11.638/2007 e posteriores alterações determina análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado e no intangível, com a finalidade de serem revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para o cálculo da depreciação e amortização. A Entidade identificou que seus bens estão contabilizados por valor inferior àquele passível de ser recuperado por uso ou venda, não necessitando de ajustes ao valor recuperável neste exercício. **c) Ativos circulantes e realizáveis a longo prazo** Os ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, rendimentos e atualizações monetárias. **d) Passivo Circulante e Não Circulante** Está representado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, quando conhecidos. **e) Regime de Escrituração:** É adotado o regime de competência para o regime das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, das despesas e dos custos, quando ganhos ou incorridos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **f) Depreciações e amortizações** Os encargos de depreciação e amortização foram calculados com base em taxas determinadas na expectativa de vida útil e econômica dos bens e permitidas pela Legislação do Imposto de Renda. **NOTA 04. DISPONÍVEL** Está representado por numerários em caixa e em bancos conta depósitos. **NOTA 05. APLICAÇÕES FINANCEIRAS** Representadas por aplicações de renda fixa, registradas pelo valor original de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com saldo de R\$ 6.235.450,95 vinculadas junto a ANS, para cobertura das provisões técnicas, e

por montante de R\$ 1.112.005,16 destinado a garantir a Provisão de Eventos a Liquidar - PEL, em atendimento as RN's 392/2015, 393/2015 e 419/2016. **NOTA 06. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE** Estão registrados como Créditos de Operações de Planos de Assistência a Saúde, valores a receber referente contraprestações pecuniárias, contabilizadas pela emissão e não recebidas até a data do balanço, no montante de R\$ 5.101.998,20 deduzidos de provisão para perdas sobre créditos no valor de (R\$ 2.520.991,92), resultando em saldo líquido na ordem de R\$ 2.581.006,28 em 31.12.2017 (R\$ 2.200.840,56 em 31.12.2016). A administração da operadora julga o saldo de PPSC constituído, que representa 49,41% dos valores em aberto, suficiente para cobrir eventuais perdas no recebimento dos créditos a receber. **NOTA 07. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS** Representados por:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
IRRF a Compensar	83.538,37	65.541,27
IRPJ a Compensar	79.416,07	147.382,63
PIS/COFINS/CSLL a Compensar	-	5.250,05
ISS a Compensar	206,64	206,64
Pedágio Parcelamento PERT - Demais Débitos	140.405,29	-
<b>Total</b>	<b>218.380,59</b>	<b>196.963,90</b>

**NOTA 08. BENS E TÍTULOS A RECEBER** Representados por Adiantamentos a Funcionários no montante de R\$ 11.627,52, Adiantamentos à Fornecedores de Eventos Médicos no montante de R\$ 362.878,82 e Outros Créditos a Receber no montante de R\$ 271.280,25 em 31.12.2017. **NOTA 09. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO** Estão representados por:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Depósitos Judiciais – Eventos	-	95.314,03
Outros Bloqueios Judiciais – Eventos Indenizáveis	-	366.974,31
Depósitos Judiciais – Trabalhistas	27.108,26	22.457,48
Outros Bloqueios Judiciais	418.595,94	259.624,64
<b>Total</b>	<b>445.704,20</b>	<b>744.370,46</b>

**NOTA 10. INVESTIMENTOS** Representados por Imóveis – Edificações, no montante de R\$ 12.738.462,05 em 31.12.2017 (R\$ 12.929.292,41 em 31.12.2016). Os Imóveis – Edificações em uso estão sendo depreciados a taxa de 4% ao ano, cujas taxas são julgadas pela administração tecnicamente compatíveis com o tempo de vida útil e econômica estimada desses bens. Informamos ainda que os dois imóveis integrados ao patrimônio da empresa em 30/09/2016 estão em processo de regularização das escrituras devido trâmites burocráticos junto à Prefeitura e Cartórios.

Descrição	31.12.2017			31.12.2016
	Custo Original	Deprec Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Terrenos	3.729.241,36	-	3.729.241,36	3.729.241,36
Edificações	9.247.758,64	238.537,95	9.009.220,69	9.200.051,05
<b>Total</b>	<b>12.977.000,00</b>	<b>238.537,95</b>	<b>12.738.462,05</b>	<b>12.929.292,41</b>

**NOTA 11. IMOBILIZADO** O Imobilizado está representado por bens registrados pelos seus custos originais de aquisição, ajustados por encargos de depreciação acumulada até 31 de dezembro de 2017, calculados a taxas usuais permitidas pela legislação do Imposto de Renda, cujas taxas são julgadas pela administração, tecnicamente compatíveis com o tempo de vida útil e econômica estimada dos bens.

Descrição	31.12.2017			31.12.2016
	Custo Original	Deprec Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Instalações	8.729,28	8.729,28	-	-
Máquinas e Equipamentos	18.381,14	8.201,83	10.179,31	14.257,62
Informática	129.926,74	105.539,04	24.387,70	6.099,44
Móveis e utensílios	44.083,91	21.310,84	22.773,07	27.380,72
<b>Total</b>	<b>201.121,07</b>	<b>143.780,99</b>	<b>57.340,08</b>	<b>47.737,78</b>

**NOTA 12. INTANGÍVEL** Representado por Marcas Comerciais e por Sistemas de Computação "softwares", registrados ao custo de aquisição, ajustados por amortização a taxa de 20% a.a.

Descrição	31.12.2017			31.12.2016
	Custo Original	Amortização Acumulada	Valor Residual	Valor Residual
Sistemas de Computação e Softwares	65.000,00	65.000,00	-	-
Marcas e patentes	2.050,79	1.298,84	751,95	957,03
<b>Total</b>	<b>67.050,79</b>	<b>66.298,84</b>	<b>751,95</b>	<b>957,03</b>

**NOTA 13. PROVISÕES TÉCNICAS – Circulante e Não Circulante** A operadora constituiu as Provisões Técnicas estabelecidas pela ANS, conforme RN 393/2015, com observância da RN 274/2011 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Provisão de Eventos a Liquidar – Ressarcimentos ao SUS Curto e Longo Prazo (i)	4.303.949,80	3.337.578,24
Provisão de Eventos a Liquidar – Outros Prestadores (ii)	2.022.421,56	1.913.897,11
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA (iii)	2.561.582,86	2.053.283,16
<b>TOTAL</b>	<b>8.887.954,22</b>	<b>7.304.758,51</b>

(i) Refere-se a cobranças de Ressarcimentos ao SUS, geradas por realização de atendimentos médicos na rede pública aos usuários do plano, conforme art. 32 da Lei 9.656/98, reconhecidos e provisionados conforme normas da ANS. (ii) São registrados com base nas faturas de prestadores de serviços, na data em que estas são apresentadas à operadora, em contrapartida com as contas de despesas de eventos conhecidos ou avisados. (iii) Representa os eventos ocorridos, porém não avisados à operadora, cujo valor para operadoras de menor e grande porte, deve ser por metodologia própria baseada em cálculo e nota técnica atuarial encaminhada a ANS. A operadora, por meio de Nota Técnica Atuarial de metodologia própria encaminhada a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, constituiu referida Provisão, cujo saldo em 31.12.2017 é de R\$ 2.561.582,86 (R\$ 2.053.283,16 em 31.12.2016). O período de cobertura do risco da totalidade dos contratos/beneficiários da operadora inicia-se no primeiro dia e termina no último dia de cada mês, consequentemente não apresentando em seu passivo saldo de Provisão de Contraprestações Não Ganhadas – PPCNG ao final de cada mês.

**NOTA 14. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE** Representados por obrigações com Despesas de Comercialização de Planos (comissões a pagar) com saldo de R\$ 301.614,04 na data de 31.12.2017 (R\$ 263.447,82 em 31.12.2016).

**NOTA 15. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER – CURTO E LONGO PRAZO** Estão representados por débitos de impostos, contribuições e encargos sociais atualizados de acordo com a legislação em vigor, sendo que parte encontra-se sob processos de parcelamento. No curto prazo estão registrados os débitos a vencer até o término do exercício seguinte e no longo prazo, débitos a vencer após o término do exercício seguinte. Em março de 2015 foi realizado o parcelamento ordinário do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS do período de Abril de 2014 a Dezembro de 2014. Em Setembro de 2015 foi realizada a consolidação do Parcelamento lei 12.996/2014 com redução da dívida, sendo utilizado R\$ 184.038,73 do estoque de Prejuízo Fiscal. Em 2016 foram efetuados parcelamentos simplificados. Em 2017 foram efetuados parcelamentos especiais PERT.

Descrição	Custo Prazo		Longo Prazo	
	31.12.2017	31.12.2016	31.12.2017	31.12.2016
ISS a Recolher	262.720,86	105.567,19	-	-
INSS a Recolher	35.612,92	102.127,59	-	-
FGTS a Recolher	11.682,65	11.078,16	-	-
COFINS a Recolher	166.851,48	191.114,56	-	-
PIS a Recolher	11.425,77	31.056,09	-	-
CONTRIB SINDICAL a Recolher	174,94	174,94	-	-
Taxa de Fiscalização	22.297,36	9.727,70	-	-
Multa Dívida Ativa CLT	-	8.858,04	-	-
IRRF a Recolher	14.270,87	143.626,60	-	-
ISS Retido na Fonte a Recolher	3.272,09	4.969,32	-	-
INSS Retido a Recolher	1.083,02	1.414,46	-	-
PIS/COFINS/CSLL Retidos	144.970,04	655.804,22	-	-
Parcelamento ISS	123.639,02	79.634,10	145.935,49	250.273,22
Parcelamento COFINS	11.185,80	153.922,80	43.811,05	577.210,50
Parcelamento PIS	5.812,62	22.951,68	1.056,84	84.156,16
Parcel. Lei 11.941	17.286,28	14.882,17	102.277,15	113.645,47
Parcel. Lei 12.996/2014	57.463,47	53.293,10	612.943,66	621.752,88
Parcel. Simplificado CSRF	47.740,68	168.969,00	186.984,33	577.310,75
Parcel. Simplificado IRRF	7.742,02	44.471,40	33.079,54	151.943,95
Parcel. Dívida Ativa PGFN	-	188.919,60	-	661.218,60
P. Especial PERT D. Débitos	2.764,62	-	645.241,31	-
P. Especial PERT D. Débitos	-	-	2.775.421,47	-
<b>Total</b>	<b>947.996,51</b>	<b>1.992.562,72</b>	<b>4.546.750,84</b>	<b>3.037.511,53</b>

**NOTA 16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR** Refere-se a saldo devedor e antecipação de recebíveis junto a instituições financeiras e utilização de limites de contas garantidas, com saldo de R\$ 1.133.636,65 em 31.12.2017 (R\$ 198.630,47 em 31.12.2016). **NOTA 17. PROVISÕES JUDICIAIS – LONGO PRAZO** Estão representadas por valores de processos trabalhistas sob discussão judicial, no montante de R\$ 110.000,00, com bloqueios judiciais em conta-corrente bancária, provisionadas com base em posição atualizada fornecida pelos advogados. A operadora possui também diversos processos cíveis, porém a maioria classificada por seus advogados com probabilidade de perda "remota". O montante de processos cíveis classificados com probabilidade de perda "provável" somam R\$ 280.971,96 cujo montante encontra-se provisionado em seu Balanço Patrimonial. Os processos avaliados com probabilidade de perda "possível" montam em R\$ 130.522,79, cujo valor é apenas divulgado nesta nota.

**NOTA 18. DÉBITOS DIVERSOS**

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Obrigações com Pessoal (i)	217.972,01	199.127,81
Fornecedores	184.442,47	94.470,21
Outros Débitos a Pagar (ii)	79.533,80	70.131,36
<b>TOTAL</b>	<b>481.948,28</b>	<b>363.729,38</b>

(i) Representadas por folha de pagamento de salários e honorários líquida a pagar e por Provisão de Férias com encargos sociais correspondentes, calculados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data de 31.12.2017. (ii) Representados por obrigação com cheques não compensados no valor de R\$ 29.781,08; Créditos em conta corrente não identificados no montante de R\$ 22.937,58; e Outros Débitos Diversos a Pagar no valor de R\$ 26.815,14. **NOTA 19. CAPITAL SOCIAL** O Capital Social subscrito e integralizado, pertence inteiramente a quotistas pessoas jurídicas domiciliadas no País, e está composto por 20.472.300 quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 20.472.300,00 em 31.12.2017 (R\$ 20.472.300,00 em 31.12.2016).

**NOTA 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO** Em 31.12.2017 a operadora apresenta Patrimônio Líquido na ordem de R\$ 7.484.168,89 e em 31.12.2016 apresentou Patrimônio Líquido na ordem de R\$ 11.425.678,09, com a seguinte composição:

Descrição	31.12.2017	31.12.2016
Capital Social	20.472.300,00	20.472.300,00
Reserva de Lucro	19.060,00	19.060,00
Prejuízos Acumulados	(9.065.681,91)	(8.547.313,93)

**TOTAL** **11.425.678,09** **2.344.046,07**  
**NOTA 21. PARTES RELACIONADAS** A Clínica Santa Helena Ltda., empresa ligada, ao mesmo grupo empresarial, mantém operações de Eventos Indenizáveis e prestação de serviços com a operadora Terramar. A Terramar tem um crédito a receber de R\$ 18.402,90, referente ao Convênio Abono Salarial PIS/Empresa, que foi creditado na conta corrente da Clínica Santa Helena Ltda. Também tem créditos a receber da Clínica Santa Helena de empréstimo consignado de funcionários que são debitados equivocadamente nas contas bancárias da Terramar e transferências bancárias que foram realizadas a maior para pagamento de fatura de prestação de serviços, que remonta o valor de 204.318,43. A Terramar mantém a operação de prestação de serviços de plano de saúde contratados pela Clínica Santa Helena Ltda e sua sócia majoritária SH Brasil Serviços Médicos Ltda. **NOTA 22. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES** Em 2017, com o objetivo de adequar e regularizar os saldos de algumas contas, a operadora registrou Ajustes de Exercícios Anteriores, cujo montante de R\$ 698.015,00, gerou reflexo negativo no seu Patrimônio Líquido/Social, conforme segue:

Descrição	2017	D/C
Valor Ref. ajuste do saldo de Equipamentos de Informática conforme relatório de inventário da ABDM Consultoria e Avaliações.	23.141,57	C
Valor Ref. ajuste do saldo de depreciação de Máquinas e Equipamentos conforme relatório de inventário da ABDM Consultoria e Avaliações.	6.178,59	C
Valor Ref. ajuste do saldo de depreciação de Móveis e Utensílios conforme relatório de inventário da ABDM Consultoria e Avaliações.	10.834,32	C
Valor Ref. ajuste do saldo de Móveis e Utensílios conforme relatório de inventário da ABDM Consultoria e Avaliações	11.929,09	D
Valor Ref. ajuste do saldo de Máquinas e Equipamentos conforme relatório de inventário da ABDM Consultoria e Avaliações.	9.090,74	D
Valor Ref. ajuste do saldo de depreciação de Equipamentos de Informática conforme relatório de inventário da ABDM Consultoria e Avaliações	2.258,07	D
Valor Ref. ajuste da Provisão de Perdas conforme relatório	512.345,32	D
Valor Ref. ajuste da Provisão de Perdas conforme relatório de PPSC	202.546,26	D
<b>TOTAL</b>	<b>698.015,00</b>	<b>D</b>

**NOTA 23. CONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS – MÉTODO INDIRETO** Conforme determinação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as operadoras de plano de saúde devem apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC pelo Método Indireto. O CPC - 03 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, determina que, a entidade que apresentar a Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto deverá constar em Notas Explicativas a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais.

Atividades Operacionais	2017	2016
Resultado do Exercício	(3.243.494,20)	(518.367,98)
(+) Depreciação/Amortização	181.433,14	77.618,19
Ajustes de Exercícios Anteriores	(698.015,00)	-
Ajustes de Empréstimos e Financiamentos	78.787,11	(171.359,29)
Ajustes Desconto de Títulos	-	(2.873.402,86)
<b>RESULTADO AJUSTADO</b>	<b>(3.681.288,95)</b>	<b>(3.485.511,94)</b>
<b>(Aumento) Diminuição nos Ativos</b>	<b>402.164,98</b>	<b>1.326.488,35</b>
Aplicações	952.255,82	52.100,19
Créditos de Operações com planos de Assistência a Saúde	(380.165,72)	211.644,51
Créditos Tributários e Previdenciários	(85.185,78)	(21.416,69)
Bens e Títulos a Receber	(383.405,60)	1.398.157,32
Depósitos Judiciais e Fiscais	298.666,26	(313.996,98)
<b>Aumento (Diminuição) nos Passivos</b>	<b>1.978.487,82</b>	<b>(1.245.497,03)</b>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência a Saúde	1.583.195,71	(1.306.555,99)
Débitos de Operações de Assistência a Saúde	(468.571,85)	(1.001.457,22)
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	464.673,10	1.588.768,35
Débitos Diversos	118.218,90	(19.194,02)
Provisões para Ações Judiciais	280.971,96	(507.058,15)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(1.300.636,15)</b>	<b>(3.404.520,62)</b>

DIRETOR
Eládio Galdino Vilela de Souza

  

CONTADOR
Jailson Belmiro de Souza - CRC/BA 032363/O-5

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

**Opinião** Examinamos as demonstrações contábeis da TERRAMAR ADMINISTRADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva" do nosso relatório, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TERRAMAR ADMINISTRADORA DE PLANO DE SAÚDE LTDA., em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. **Base para Opinião com Ressalva** O valor da Provisão para Perdas sobre Créditos, registrado pela operadora, não atende na íntegra as normas gerais do Plano de Contas Padrão da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, cujo valor dessa Provisão calculado de acordo com as normas determinadas pelo referido órgão regulador, seria de R\$ 4.730.512,54. Consequentemente existe uma diferença contabilizada a menor nas demonstrações contábeis, no montante de R\$ 2.209.520,62. Se a operadora houvesse registrado referida provisão de acordo com os critérios determinados pelo órgão regulador, referida diferença geraria efeito negativo no patrimônio líquido e no resultado do exercício na ordem de R\$ 2.209.520,62. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Ênfase** A operadora está sob regime de Direção Fiscal da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, contudo vem se empenhando e enviando esforços com o objetivo de atender as normas do órgão regulador, bem como sanar insuficiências das garantias exigidas. **Outros assuntos Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins comparativos, foram anteriormente por nós auditados, para os quais emitimos Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis, datado de 06 de fevereiro de 2017 com ressalva sobre insuficiência de Provisão para Perdas sobre Créditos no valor de R\$ 1.731.673,44, e com parágrafo de ênfase informando que a operadora estava sob regime de Direção

Fiscal da ANS. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor** A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalva" acima, existe uma diferença contabilizada a menor nas demonstrações contábeis, no montante de R\$ 2.209.520,62 relativa a Provisão para Perdas sobre Créditos. Se a operadora houvesse registrado referida provisão de acordo com os critérios determinados pelo órgão regulador, referida diferença geraria efeito negativo no patrimônio líquido e no resultado do exercício na ordem de R\$ 2.209.520,62. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de

uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Curitiba – Pr, 06 de fevereiro de 2017 CPN AUDITORES INDEPENDENTES S/S CRC-PR 005478/O-O CLAUDINEY CARLOS DE OLIVEIRA